

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:**

**Sumário**

|                                                                                             |           |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>VEÍCULO: O Globo .....</b>                                                               | <b>2</b>  |
| <b>Título: Festa tripla no petróleo .....</b>                                               | <b>2</b>  |
| <b>VEÍCULO: Folha de S. Paulo .....</b>                                                     | <b>2</b>  |
| <b>Título: Guardia vai apresentar proposta de redução gradual do I.R. de empresas .....</b> | <b>2</b>  |
| <b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo .....</b>                                                  | <b>3</b>  |
| <b>Título: » Escalonado. ....</b>                                                           | <b>3</b>  |
| <b>Título: Significado do leilão do pré-sal .....</b>                                       | <b>4</b>  |
| <b>Título: Petrobrás põe energia renovável no radar .....</b>                               | <b>6</b>  |
| <b>Título: Compensação de poluição no pré-sal aguarda definição .....</b>                   | <b>7</b>  |
| <b>VEÍCULO: Correio Braziliense .....</b>                                                   | <b>8</b>  |
| <b>Título: A energia do urânio induz ao crescimento sustentável.....</b>                    | <b>8</b>  |
| <b>VEÍCULO: Valor Econômico .....</b>                                                       | <b>9</b>  |
| <b>Título: Ciclo de seis leilões rendeu R\$ 28 bi em bônus .....</b>                        | <b>9</b>  |
| <b>Título: Destaques .....</b>                                                              | <b>11</b> |
| <b>Título: Venda da Cesp é cada vez mais improvável .....</b>                               | <b>12</b> |
| <b>Título: Cota de usina gera polêmica.....</b>                                             | <b>14</b> |
| <b>Título: Ageo vence leilão e consolida liderança em granéis líquidos.....</b>             | <b>15</b> |
| <b>Título: Área no porto de Belém recebeu R\$ 1.....</b>                                    | <b>17</b> |
| <b>Título: Sterlite prevê atingir US\$ 10 bi na carteira em 5 anos .....</b>                | <b>18</b> |
| <b>Título: Brasil é prioritário na estratégia da Equinor, diz vice-presidente .....</b>     | <b>19</b> |

**VEÍCULO: O Globo****Data: 01/10/2018****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Festa tripla no petróleo**

O megaleilão do pré-sal e o congresso RioOil & Gas abafaram, semana passada, um pouco uma decisão da ANP que também foi motivo de júbilo entre empresários do setor. A agência pediu à Petrobras que, em 90 dias, apresente cronograma de investimento nos chamados campos maduros ou passe adiante aqueles que não lhe interessam. Na visão do **ministro Moreira Franco**, é natural que a Petrobras se concentre no filé mignon, que é o pré-sal, e não na recuperação desses campos menores. — Mas essa recuperação dos campos antigos pode ter interessados — acredita.

### **Segue...**

Para se ter uma ideia, a produção do pré-sal cresceu 722%, nos últimos cinco anos, enquanto a da Bacia de Campos, onde está boa parte dos velhos campos, caiu 38% no período.

### **Por falar em pré-sal...**

Os poços que estão partindo, agora, na Plataforma P-74, em Búzios, na área da Cessão Onerosa, na Bacia de Santos, devem produzir mais de 50 mil barris/dia. Deve ultrapassar o poço de Mero e se tornar o maior poço do mundo no mar.

**VEÍCULO: Folha de S. Paulo****Data: 01/10/2018****Seção: Colunas****Autor: Maria Cristina Frias****Título: Guardia vai apresentar proposta de redução gradual do I.R. de empresas**

### **Mercado Aberto**

O ministro Eduardo Guardia, da Fazenda, vai apresentar em breve uma proposta de projeto de lei para reduzir o Imposto de Renda de pessoas jurídicas. O ministro comentou sobre o plano em encontro com investidores na semana passada.

A ideia é ganhar competitividade. Os Estados Unidos cortaram impostos das empresas para 21%. No Brasil, apesar de dividendos não serem tributados, a taxa é de 34% de IRPJ e contribuição sobre o lucro (CSLL) —mais de 10% da média da OCDE, que gira em torno de 21% e 22%—e de 45% para instituições financeiras.

A queda da tributação corporativa se daria de forma escalonada para chegar à redução de dez pontos percentuais.

A diminuição deverá ser compensada por JCP (Juros sobre Capital Próprio), taxação de dividendos e corte de benefícios fiscais para setores.

Neste ano, o governo registra R\$ 270 bilhões em benefícios fiscais e deverá ultrapassar os R\$ 300 bilhões em 2019. O maior dispêndio com esses benefícios se dá com o Simples, seguido da Zona Franca de Manaus.

Apesar de pretender enviar o texto de mudança de IRPJ breve, o ministro pareceu considerar difícil que seja aprovada ainda neste ano.

Por outro lado, Guardia afirmou acreditar na possibilidade de acabar de votar até dezembro projetos como cadastro positivo, distrato, Lei de Falências e cessão onerosa, que altera regras do pré-sal.

*Esta decisão só falta passar no Senado. Se aprovada, viabilizará o fechamento do acordo com a Petrobras e em 2019 a realização de leilão, que poderá render R\$ 420 bilhões em investimentos, segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo).*

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 01/10/2018

**Seção:** Colunas

**Autor:** Camila Turtelli Clarice Couto Gustavo Porto

**Título:** » Escalonado.

**Coluna do broadcast agro**

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) fará reunião extraordinária em outubro para decidir sobre o aumento da mistura do biodiesel ao diesel de petróleo, hoje em 10%, a chamada B10. A proposta em votação é pelo aumento escalonado da mistura em 1 ponto porcentual ao ano, até que o B15 seja atingido em 2023. Com isso, produtores e distribuidoras teriam maior previsibilidade sobre a demanda do biodiesel e a variação na mistura seria encaixada nas metas previstas no RenovaBio, a nova política nacional de biocombustíveis.

#### » Movida a etanol.

O reaquecimento do mercado de etanol brasileiro, com a crise do açúcar e a disparada dos preços da gasolina, levou a FDR Combustíveis a multiplicar por quatro as projeções de comercialização do biocombustível em 2018. A companhia opera no mercado futuro da B3 e espera sair dos 50 milhões de litros previstos inicialmente para 200 milhões litros de etanol negociados este ano. Segundo a empresa, 125 milhões de litros foram fechados até agora, com faturamento de R\$ 250 milhões.

COM NAYARA FIGUEIREDO

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 01/10/2018

**Seção:** Notas e Informações

**Autor:**

**Título:** Significado do leilão do pré-sal

Embora o acirramento da campanha eleitoral em curso esteja desenhando um país tão fraturado a ponto de ter seu futuro ameaçado – e as candidaturas que despertam as maiores simpatias do eleitorado pareçam empenhadas em aprofundar as fissuras –, é possível construir desde já caminhos para dias melhores no Brasil. É nisso que confiam dirigentes das principais empresas petrolíferas do mundo, cuja disposição de realizar investimentos de longo prazo no País assegurou, na sexta-feira passada, o êxito do último leilão de petróleo no governo do presidente Michel Temer. A venda das quatro áreas do pré-sal ofertadas propiciará a arrecadação imediata de R\$ 6,82 bilhões; ao longo da vigência dos contratos, a arrecadação poderá chegar a R\$ 235 bilhões. Sem dúvida o clima eleitoral marcado pela predominância de posições extremadas assusta eleitores sensatos e pessoas com responsabilidade sobre decisões cujos frutos são de longo prazo. Mas, como destacaram executivos de multinacionais da área de petróleo, este é um país com grande potencial de crescimento, que

tem acolhido investidores estrangeiros e respeitado leis e contratos. Por isso, a despeito do ambiente politicamente tenso, investirão nas oportunidades de negócios aqui oferecidas. Ao todo, 12 empresas estavam inscritas para participar da 5.ª Rodada de Partilha do petróleo do pré-sal, a ser explorado ao longo de 35 anos. Entre elas estavam as grandes petroleiras, como Chevron, Exxon- Mobil, BP, Shell e Total, além da chinesa CNOOC. Nas rodadas do pré-sal a competição é feita pelo percentual de excedente em óleo oferecido à União. O certame envolveu as áreas de Saturno, Titã, Pau Brasil e Sudoeste de Tartaruga Verde, nas bacias petrolíferas de Santos e Campos. O consórcio formado pela Shell e pela Chevron arrematou o bloco Saturno, com a oferta de excedente de óleo de 70,20% (ante o mínimo de 17,54%). O bônus de assinatura predefinido era de R\$ 3,125 bilhões. O consórcio liderado pela ExxonMobil arrematou o bloco Titã, com oferta de 23,49% do excedente (mínimo de 9,53%) e bônus também de R\$ 3,125 bilhões. Vencedor da disputa pelo bloco Pau Brasil, com oferta de 64,79% (mínimo de 24,82%) e bônus de R\$ 500 milhões, o consórcio liderado pela BP estreará no pré-sal. A Petrobrás levou, sem disputa, a área de Tartaruga Verde, com oferta mínima de 10,01% e bônus de R\$ 70 milhões. Com esses números e com base nas novas cotações do petróleo, a Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP), responsável pelo leilão, reestimou seus cálculos da arrecadação que esses poços propiciarão ao longo de 35 anos, elevando-os de R\$ 180 bilhões para os R\$ 235 bilhões agora esperados. Além dos números, por si expressivos, há alguns aspectos do resultado do leilão que merecem ser observados. O primeiro é o fato, destacado pelo diretor-geral da ANP, Décio Oddone, de que não se está mais na dependência a uma única empresa, a Petrobrás, que explorava sozinha o pré-sal. "Se tivermos uma crise com uma dessas companhias (vencedoras do leilão), como tivemos com a Petrobrás nos últimos anos, não ficaremos dependentes." Também as razões que levaram as empresas internacionais a investir no Brasil merecem ser lembradas. "Temos uma visão que considera 30 anos de investimentos", disse o presidente regional da BP na América Latina, Felipe Arbelaez. "E o Brasil tem um longo passado de respeito às leis e aos contratos", por isso "não estamos preocupados com a eleição". O que a empresa espera é que as regras anunciadas para o leilão sejam cumpridas. Também o presidente da Shell Brasil, André Araújo, lembrou que o País respeita contratos e, por isso, "continuamos avançando nas nossas apostas". Mesmo tendo perdido a disputa pelo campo de Saturno, a ExxonMobil, segundo sua presidente no Brasil, Carla Lacerda, considerou satisfatório o resultado. A empresa confia na manutenção do cronograma da ANP para as próximas licitações e vai analisá-las uma a uma. A empresa agora opera 26 blocos no Brasil.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Data: 01/10/2018****Seção: Economia****Autor: Fernanda Nunes / RIO****Título: Petrobrás põe energia renovável no radar**

Rivais estrangeiras deixaram brasileira para trás no setor após a companhia sofrer crise financeira e precisar focar esforços em óleo e gás

Passado o pior momento da crise, a Petrobrás tenta agora recuperar o tempo perdido e dar os primeiros passos para investir em energias renováveis, como já fazem grandes petroleiras concorrentes. A empresa sabe que está atrasada, e diz ainda ter pouco fôlego para fazer os investimentos, mas vai incluir essa transição para um novo cenário ambiental no plano estratégico para os próximos cinco anos, que deve ser divulgado em dezembro.

O documento trará mudanças, “mas ainda não serão radicais”, disse o diretor de Estratégia da empresa, Nelson Silva. “Não existe meta em termos de geração (de energia renovável). Ainda não podemos estabelecer metas, mas podemos colocar como ambição alguma participação no total do capital a ser investido no futuro”, disse Silva, que admite o recuo da Petrobrás em projetos ambientalmente limpos para focar na recuperação financeira.

Hoje, a Petrobrás tem apenas quatro parques eólicos, com 106 megawatts (MW) de capacidade de produção. Na tentativa de reduzir a desvantagem em relação às concorrentes, a estatal anunciou na quarta-feira passada uma parceria com a norueguesa Equinor, líder mundial em captura e armazenamento de carbono. As duas querem produzir juntas energia eólica em alto mar.

Antes da crise, os biocombustíveis eram a principal aposta da Petrobrás para participar da transição para uma economia de baixo carbono, com processos produtivos mais sustentáveis. Sem dinheiro, a Petrobrás vendeu as usinas e saiu do segmento. Em sua página na internet, a empresa informa que, no futuro, poderá reavaliar um retorno.

“Temos buscado avançar com as tecnologias de baixo carbono em nosso portfólio de pesquisa e desenvolvimento, que conta com projetos nas áreas de captura, uso e armazenamento geológico de CO<sup>2</sup>, de energia eólica, solar, biomassa, biocombustíveis e bioprodutos”, disse o gerente executivo de estratégia e organização da Petrobrás, Rodrigo Costa.

Prioridades.

Especialista em Planejamento Energético pela Coppe/ UFRJ, o professor Alexandre Szklo ressalta que a Petrobrás e as demais petroleiras presentes no Brasil continuam a priorizar o investimento no negócio de óleo e gás. A estatal foca nos resultados de curto prazo para reduzir o endividamento. Já as petroleiras europeias sofrem mais pressão para poluir menos.

Enquanto isso, as chinesas estão preocupadas em garantir o abastecimento de petróleo do seu país e apostam na América Latina, sobretudo no Brasil, para cumprir essa meta. O plano da Shell, sócia da Petrobrás no pré-sal, é reduzir a presença do carbono em seus projetos em 20%, até 2035, e pela metade, até 2050.

Mas isso só vai ocorrer, disse André Araujo, presidente da petroleira no Brasil, com mecanismos claros de precificação de carbono, por meio da tributação de atividades poluentes. A empresa é acionista da Raízen, ao lado da Cosan, principal produtora de etanol no mercado brasileiro.

A presidente da ExxonMobil no Brasil, Carla Lacerda, diz que a empresa está de olho em projetos de energia renovável para desenvolver no País, mas, por enquanto, a prioridade continua a ser a perfuração de poços para retomar a atividade de petróleo e gás.

Já o presidente da Equinor, Anders Opedal, diz que a empresa trabalha na redução de emissões há mais de três décadas. “Uma parte importante da transição é o uso mais intensivo do gás natural”, disse, durante o evento Rio Oil & Gas.

COLABOROU DENISE LUNA

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 01/10/2018

**Seção:** Economia

**Autor:**

**Título:** Compensação de poluição no pré-sal aguarda definição

As petroleiras que atuam no pré-sal aguardam posição do governo para definir como vão compensar as emissões geradas com a atividade na região, grande emissora de gases de efeito estufa associados ao petróleo e ao gás natural produzidos. Há dois modelos em análise – um de taxaço e outro em que projetos ambientalmente sujos são neutralizados por projetos de captura da poluição.

A segunda alternativa é a preferida das companhias. Por esse regime, cada projeto tem um “preço”, dependendo do seu potencial de geração de emissões. “Esperamos que o próximo governo puxe o debate sobre precificação de carbono”, disse o presidente da Shell no Brasil, André Araujo. Assim como a Petrobrás, a petroleira anglo-holandesa acredita que os ganhos com o pré-sal podem ajudar a engordar o caixa para investir em energias renováveis.

Ao todo, 45 países adotam uma política própria de precificação da emissão de carbono. Em dois anos, serão mais 30, e a lista deverá incluir o Brasil, segundo projeção do Banco Mundial. / F.N.

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Data:** 01/10/2018

**Seção:** Opinião

**Autor:** Reinaldo Gonzaga

**Título:** A energia do urânio induz ao crescimento sustentável

A tecnologia nuclear já não é mais alvo fácil dos que se opõem à sua utilização como fonte geradora de energia elétrica. Também, pudera. Com o passar do tempo, a ampliação do conhecimento e o uso cada vez mais disseminado de suas imensas aplicações pacíficas — a geração de energia elétrica e a utilização na medicina são apenas duas delas — a energia nuclear foi vencendo resistências a ponto de ser considerada hoje tecnologia insubstituível em dezenas de países, a maioria deles desenvolvidos.

A utilização segura do urânio como insumo básico da produção do combustível nuclear passou a ser ambição comum a dezenas de países, atraídos pelo que esse mineral representa de indução ao crescimento e à modernização técnico-científica. O Brasil possui a sexta maior reserva de urânio do mundo. Isso significa que, no futuro, o Brasil terá condições de exportar a produção excedente, depois de atendida a demanda interna.

O cenário é positivo para a produção e comercialização do urânio, pelo fato de que os ecologistas tornaram-se mais amenos na crítica à indústria nuclear. Eles concordam que o segmento, poderia ser alternativa para o meio ambiente, comparando com a queima de combustíveis fósseis, altamente poluentes. Por exemplo, uma tonelada de urânio gera a mesma quantidade de energia que 116 mil toneladas de carvão, sendo que a geração de energia de origem nuclear não gera emissões de gases, causadores do efeito estufa no planeta.

O urânio também é, em termos operacionais, muito mais barato, correspondendo a 5% do custo da operação de um reator, enquanto que,

comparado ao gás, este impacta em 75% os custos operacionais de uma usina a gás. Segundo estudos do Uranium Institute de Londres, os reatores alimentados por 63 mil toneladas de urânio estão evitando o lançamento de 2,3 bilhões de toneladas/ano de gás carbônico (CO<sub>2</sub>), uma quantidade equivalente a 2/3 da emissão desse poluente no mundo.

A discussão que se trava hoje sobre a maior participação da fonte nuclear na matriz energética brasileira traz em seu bojo diversos fatores que precisam ser ponderados, entre estes o fato de que a energia nuclear é mundialmente reconhecida pelas comunidades científicas como uma opção energética eficaz e importante na diversificação de suas matrizes. Mesmo discreta, a contribuição da fonte nuclear à matriz energética brasileira é muito importante, especialmente para a região Sudeste.

Em todo o mundo, a crise energética está impondo aos países a revisão de suas posições com relação à energia nuclear, considerando-a uma das alternativas disponíveis de geração segura de energia elétrica. Trata-se de um novo momento para o setor nuclear: a busca de soluções para a utilização do urânio de forma cada vez mais confiável, econômica e segura.

Como todos os minerais, urânio é um recurso finito, mas especialistas no assunto afirmam que com a retomada da pesquisa geológica — não podemos esquecer que só 30% do território brasileiro foram pesquisados —, com desenvolvimento de novas técnicas de mineração e da otimização da capacidade geradora de energia nas usinas nucleares, o mundo deverá depender por várias décadas do uso desse combustível natural. E mais: de acordo com a necessidade da geração futura da energia nuclear, pela primeira vez, o urânio trilha concretamente o próprio caminho comercial, criando o seu verdadeiro mercado.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 01/10/2018**

**Seção: Empresas**

**Autor: André Ramalho, Cláudia Schüffner e Rodrigo Polito | Do Rio**

**Título: Ciclo de seis leilões rendeu R\$ 28 bi em bônus**

Com a realização da 5ª Rodada do pré-sal, o governo encerrou na última sexta-feira um ciclo de seis leilões no período de um ano. As principais petroleiras globais aproveitaram a janela de oportunidades para reforçar seus portfólios em águas profundas na costa brasileira, em áreas atrativas, sobretudo no pré-sal. Ao todo, 18 empresas diferentes pagaram R\$ 27,9 bilhões pela aquisição de 48 áreas marítimas nas rodadas de partilha e concessões de 2017 e 2018.

A protagonista número 1 desse ciclo foi a ExxonMobil, que comprou 21 áreas, por R\$ 8,7 bilhões, e fortaleceu seu portfólio até então modesto no Brasil. Com as aquisições, a norte-americana reestreeou no pré-sal brasileiro, depois de uma campanha exploratória malsucedida no bloco BM-S-22, na Bacia de Santos, no início da década. Na sexta-feira, pagou R\$ 2 bilhões por 64% da promissora área de Titã, que marca a estreia da empresa como operadora dentro do polígono do pré-sal.

Outras três empresas aproveitaram os leilões, após o fim da operação única da Petrobras, para também estrearem como operadoras no regime de partilha: a Shell, a BP e a Equinor (ex- Statoil).

A estatal brasileira, depois da Exxon, teve uma grande relevância nos leilões de 2017 e 2018. Embora discreta na 5ª Rodada do pré-sal, quando arrematou Sudoeste de Tartaruga Verde (Bacia de Campos), a Petrobras comprou, em um ano, 20 áreas no offshore e renovou o portfólio.

Exxon, BP, Chevron, Qatar Petroleum (QPI) e a colombiana Ecopetrol são exemplos de empresas que já atuavam no mercado brasileiro, mas estavam de fora da região mais profícua do país e aproveitaram o ciclo dos leilões para entrar no pré-sal.

A Ecopetrol foi a primeira empresa da América Latina a entrar no pré-sal, após adquirir 20% da área de Pau Brasil, na sexta-feira, junto com a BP e a CNOOC. A empresa também estava com a Shell na disputa, sem sucesso, por Titã, adquirido pelo consórcio liderado pela ExxonMobil. O diretor geral da companhia no Brasil, João Clark, disse que agora a colombiana terá "um longo caminho de aprendizado e de luta" e que o resultado só reforçou o interesse pelo país, onde tentava entrar no pré-sal desde 2013. "Vamos continuar olhando oportunidades no Brasil. A Ecopetrol está decidida a crescer no Brasil".

O presidente regional da BP na América Latina, Felipe Arbelaiz, por sua vez, destacou que a entrada da companhia no pré-sal como operadora será um "desafio interessante". A britânica adquiriu a operação da área de Pau-Brasil, na 5ª Rodada.

Com presença do pré-sal já há alguns anos, Shell, Repsol e Petrogal, por sua vez, reforçaram suas carteiras de ativos na região. O diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Décio Oddone, celebrou a diversificação de operadoras no pré-sal. Segundo ele, essa nova configuração fará com que o ritmo de desenvolvimento das reservas brasileiras não dependa mais exclusivamente do ritmo imposto pela Petrobras. "A 5ª Rodada mostra que não estamos mais na dependência de uma única empresa. Sem demérito à Petrobras", disse Oddone.

Oddone disse acreditar que os seis leilões começarão a gerar atividades de exploração ao fim de 2019. A expectativa, no entanto, é que o pico de contratações pela indústria se dê por volta de 2023.

***Shell, Repsol e Petrogal, que já tinham presença no pré-sal, reforçaram seu portfólio de áreas na região na 5ª Rodada***

Encerrado o ciclo de leilões de 2017-2018, as petroleiras esperam, agora, o desfecho das eleições para saber com clareza qual será o futuro das licitações. Para os próximos anos, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) já aprovou as diretrizes para rodadas anuais de concessão até 2021. Também está previsto para o ano que vem o megaleilão dos excedentes da cessão onerosa e a 6ª rodada do pré-sal. A decisão final sobre a continuidade ou não dos leilões caberá ao novo governo.

"Acredito no cronograma que a ANP está desenvolvendo", afirmou a presidente da ExxonMobil no Brasil, Carla Lacerda.

Já o **secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia (MME), Márcio Félix**, afirmou que o leilão dos excedentes da cessão onerosa, previsto para o primeiro semestre de 2019, será o grande "teste para valer" sobre a continuidade dos leilões no novo governo. Ele também acredita na manutenção do calendário. "O custo de abrir mão disso tudo é elevado", disse.

O mesmo discurso foi adotado pelo presidente da Shell no Brasil, André Araujo. A petroleira foi, depois da Exxon e Petrobras, a que mais investiu na aquisição de áreas exploratórias no país desde o ano passado. Pagou, ao todo, R\$ 2,8 bilhões por nove ativos, sendo R\$ 1,565 bilhão por Saturno, adquirida na 5ª Rodada. "O que a gente espera é que o próximo governo continue entendendo o papel e a contribuição que a indústria de óleo e gás traz para o país, e continue mantendo regras cada vez mais claras e previsibilidade. É isso que a gente precisa."

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 01/10/2018

**Seção:** Empresas

**Autor:**

**Título:** Destaques

**Cisão da Thyssenkrupp**

A Thyssenkrupp informou, ontem, que seu presidente interino, Guido Kerkhoff, permanecerá no cargo e que o conselho de supervisão aprovou o plano de dividir o conglomerado alemão de aço em duas empresas listadas separadamente. O plano de cisão, apresentado por Kerkhoff na semana passada, foi aprovado por unanimidade. Serão duas empresas de capital aberto - uma formada pelas operações de materiais e a outra pelas empresas de bens de capital. Bernhard Pellens, que já era membro do conselho de supervisão, foi nomeado presidente do colegiado. Ex-diretor financeiro do grupo, Kerkhoff vinha comandando a empresa desde julho.

### **Gás do Canadá**

A Royal Dutch Shell e quatro parceiros fecharam acordo para investir em um projeto multibilionário de gás natural liquefeito no Oeste do Canadá. A iniciativa, considerada a maior de seu tipo nos últimos anos e o maior projeto de infraestrutura do Canadá, visa estabelecer a rota mais rápida para Ásia para o gás da América do Norte. Batizado de LNG Canada, o empreendimento é formado pela Petrolia Nacional, da Malásia; pela japonesa Mitsubishi, pela PetroChina e pela Korea Gas, além da Shell. A expectativa é que amanhã seja anunciado um investimento de 40 bilhões de dólares canadenses (US\$ 31 bilhões), disseram pessoas a par do assunto, segundo a Bloomberg.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 01/10/2018

**Seção:** Empresas

**Autor:** Camila Maia | De São Paulo

**Título:** Venda da Cesp é cada vez mais improvável

As chances de um leilão bem-sucedido de privatização da Cesp amanhã são cada vez menores. Com a proximidade das eleições, investidores que demonstraram interesse na companhia desistem, um a um, de fazer uma oferta. Para agravar o cenário, na sexta-feira, a Justiça do Trabalho concedeu uma liminar suspendendo o certame por 60 dias.

Na sua decisão, a juíza Liane Martins Casarini, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, acatou um pleito do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Elétrica de Campinas, que alegou ausência de estudos de impacto socioeconômico da privatização da estatal paulista nas esferas trabalhista e socioambiental.

Processos do tipo são comuns em privatizações, e, com frequência, as liminares são derrubadas antes da realização dos leilões. Esse não é, contudo, o único empecilho para o sucesso da quinta tentativa de privatização da Cesp.

O **Valor** apurou que empresas chinesas, como a China Three Gorges (CTG), não estão interessadas na companhia. Investidores ouvidos sob condição de anonimato citam vários problemas, como a exposição da elétrica ao déficit de geração das hidrelétricas (GSF, na sigla em inglês). Cerca de R\$ 8,8 bilhões em passivos não provisionados referentes à contingências judiciais também pesam contra a companhia.

A proximidade com as eleições também reduziu a atratividade da companhia, uma vez que há grande incerteza sobre os rumos que o país vai tomar a partir do ano que vem na política e na economia. O **Valor** apurou que investidores como Engie e Votorantim Energia desistiram de adquirir a estatal principalmente por esse motivo.

Restavam, no páreo, investidores financeiros. Segundo fontes, o BTG Pactual avaliou o leilão, mas desistiu. O Pátria estava avaliando, em parceria com o fundo soberano de Cingapura, o GIC, mas também teriam desistido da operação. Resta uma incerteza quanto ao interesse da Squadra, que ainda buscava parceiros para operar a companhia e também financiar a aquisição. O Canada Pension Plan Investment Board (CPPIB), que já investiu US\$ 250 milhões na gestora, é visto como potencial parceiro.

Se mantida, a liminar da Justiça do Trabalho pode dar, aos investidores, o prazo que desejavam para poder avaliar uma aquisição da elétrica depois das eleições. Segundo fontes, potenciais compradores da Cesp chegaram a solicitar ao governo de São Paulo o adiamento do certame, mas a resistência era grande.

O governo de São Paulo considerava arriscado adiar o leilão justamente por causa das incertezas sobre o resultado das eleições presidenciais. O modelo de venda da companhia foi formulado com a União, que aprovou a extensão da concessão da principal usina da Cesp, a Porto Primavera, por 20 anos a partir de 2028, em troca do pagamento de uma outorga.

Pelo cronograma do leilão, a liquidação da operação será feita no fim de novembro. O receio do governo de São Paulo é que, no caso de um adiamento, a data de liquidação acabe indo para 2019, colocando nas mãos de um novo governo a possibilidade de reverter a extensão da concessão, ou algo semelhante.

Depois de muita incerteza, o edital de privatização da Cesp foi publicado no início de julho. O preço mínimo por ação foi fixado em R\$ 14,30, avaliando a

estatal paulista em R\$ 4,7 bilhões. O preço é inferior aos R\$ 16,80 da malsucedida tentativa de venda do ano passado, que foi suspensa por causa da falta de interessados. A participação do governo de São Paulo na companhia é de cerca de R\$ 1,7 bilhão. Ao reduzirem o preço, a ideia era atrair vários interessados, resultando no pagamento de ágio pelo comprador.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 01/10/2018

**Seção:** Empresas

**Autor:** Camila Maia | De São Paulo

**Título:** Cota de usina gera polêmica

A privatização da Cesp envolve uma polêmica não relacionada à venda da elétrica em si. O Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo (SEESP) tentou impugnar a operação para obrigar o poder concedente a definir, antes da licitação, o chamado "aproveitamento ótimo" da hidrelétrica de Porto Primavera, principal ativo da estatal paulista.

A intenção é viabilizar a elevação da cota do reservatório da usina de 257 metros para 259 metros, o que permitiria acumulo de água (hoje a usina funciona a fio d'água) e a elevação da potência instalada da usina para 1.980 megawatts (MW), ante os atuais 1.540 MW. Para isso, seria necessária a instalação de novas quatro unidades geradoras, adicionais às 14 existentes, o que já era previsto no projeto original da hidrelétrica, que tem vãos já prontos para a instalação das máquinas.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) incluiu no novo contrato de concessão da usina, que é atrelado à privatização e vai ampliar o prazo de 2028 para 2048, que o novo concessionário será obrigado a elaborar os estudos de viabilidade técnica e econômica para o aproveitamento ótimo de Porto Primavera.

Segundo o sindicato, porém, isso deveria ser feito antes da venda da usina, com estudos elaborados pelo poder concedente, a quem caberia a obrigação.

Para alterar esse trecho do novo contrato de concessão, a Aneel precisaria abrir nova audiência pública, inviabilizando o leilão de venda da Cesp no prazo estipulado. A renovação da concessão da hidrelétrica por mais 20 anos é fundamental para garantir a atratividade da estatal paulista.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 01/10/2018****Seção: Empresas****Autor: Fernanda Pires | De São Paulo****Título: Ageo vence leilão e consolida liderança em granéis líquidos**

Ao arrematar seu terceiro terminal no porto de Santos, em leilão realizado na sexta-feira, na B3, a Ageo se consolida como a maior operadora de granéis líquidos do cais santista, onde já explora duas instalações. No total, os três arrendamentos da companhia reúnem capacidade estática para 441 mil metros cúbicos de armazenagem destinada a combustíveis e químicos para exportação e importação. Com a expansão de um deles prevista para ficar pronta em julho de 2019, a oferta subirá para 500 mil metros cúbicos.

Os três terminais são vizinhos e ficam na Ilha Barnabé, situada na margem esquerda do porto. "Vamos buscar sinergias e oferecer a melhor solução ao cliente, ter um preço extremamente competitivo", disse David Barioni, presidente da Empresa Brasileira de Terminais e Armazéns Gerais (EBT), holding que controla a Ageo.

A empresa fez uma oferta ousada para vencer a Granel Química, atual operadora do terminal, cujo contrato de arrendamento venceu. A EBT ofereceu outorga de R\$ 200 milhões contra R\$ 142 milhões da Granel e, no leilão viva-voz, acresceu de uma vez R\$ 10 milhões, arrematando o terminal por R\$ 210 milhões. A variação mínima na disputa viva-voz era de R\$ 2 milhões por lance. A Granel só fez uma oferta nessa etapa, de R\$ 202 milhões. A Cattalini apresentou proposta de R\$ 20 milhões e não fez oferta no viva-voz. A outorga será paga em seis vezes: 25% no ato e cinco parcelas de 15%.

A Granel pertence à Odfjell, grupo norueguês líder em transporte marítimo de químicos e outras cargas líquidas. A aposta do mercado era que a Granel dificilmente perderia a concorrência. Além de ser um terminal estratégico para a Odfjell, a Granel contava com uma vantagem: a tancagem exigida no edital é exatamente a já ofertada pela Granel, pois os 99 tanques do terminal pertencem à empresa, não são bens reversíveis à União. Ou seja, a Granel atendia à exigência sem precisar fazer investimento.

"Sabíamos que eles viriam fortes porque estão na área. Mas, para nós, a área interessa muito. É contígua à nossa e sempre almejamos participar da licitação", afirmou Barioni.

***Ainda neste ano o governo deve lançar edital para leiloar área contígua ao terminal arrematado pelo Ageo***

O arrendamento é válido por 25 anos podendo ser prorrogado até o limite de 70 anos. O valor global do contrato é de R\$ 1,3 bilhão, montante referente ao que a arrendatária deverá pagar à Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), estatal que administra o porto, no período. São R\$ 116 mil por mês referente ao arrendamento fixo e R\$ 4,50 por tonelada de carga movimentada, a título de arrendamento variável.

Além da outorga, a empresa terá de investir em uma capacidade estática mínima de 97,7 mil metros cúbicos no terminal, o que está estimado em R\$ 198,2 milhões.

Questionado se pretende comprar a tancagem existente no terminal ou se irá construir outros, Barioni disse que isso ainda não está decidido. A empresa tem capital fechado e pertence à empresária Cinara Ruiz, viúva de Carlos Santiago, morto há dois anos.

O pagamento da outorga e os investimentos serão feitos com capital próprio e com financiamento bancário - já há um consórcio de bancos definido.

De acordo com Barioni, a prioridade da EBT é no porto de Santos. "Temos um ano de gestão dessa nova empresa para que depois possamos pensar em outros caminhos", disse.

Ainda em 2018 o governo deve lançar edital para leiloar área contígua ao terminal arrematado pela EBT. Trata-se da antiga área da Vopak. Questionado se tem interesse em disputar a exploração do empreendimento para adensá-lo, o executivo disse que ainda não se deteve sobre esses estudos. "Sabia que faria essa pergunta. Mas estamos totalmente dedicados ao terminal que acabamos de arrematar", afirmou Barioni.

O governo ficou satisfeito com o resultado do leilão. "Foi uma satisfação ter recebido três propostas e ter esse valor de outorga. A ideia é aumentar essas parcerias não só na área portuária, mas na ferroviária, rodoviária e aeroportuária", disse o ministro dos Transportes, Valter Casimiro. De acordo com ele, ao menos dez editais de portos devem ser publicados neste ano.

O lote do porto de Santana (AP) para movimentação de cavaco de madeira, que também seria licitado na sexta-feira, contudo, não teve interessados. A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) vai recapacitá-lo para movimentação de grãos. "Isso envolve trabalhar o plano de desenvolvimento e zoneamento do porto e analisar o mercado, mas aponta muito para isso", disse o diretor-geral da Antaq, Mário Povia.

No último leilão portuário, em julho, uma das razões para duas áreas em Paranaguá (PR) ficarem sem interessados foi o custo médio ponderado do capital do projeto (wacc), que referencia o retorno do negócio, de 8,03%. Povia reafirmou o que disse na ocasião. Será definido um wacc conforme a natureza da carga a ser movimentada. "Ainda neste ano teremos uma proposta de wacc para carga geral, granel líquido e sólidos em geral", disse, Povia.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 01/10/2018**

**Seção: Empresas**

**Autor: Fernanda Pires | De São Paulo**

**Título: Área no porto de Belém recebeu R\$ 1**

A Nacional Gás Butano Distribuidora arrematou por R\$ 1,01 a área no porto de Belém (PA) para armazenagem e distribuição de gás liquefeito de petróleo (GLP). A empresa, que já explora o lote, ofertou ágio de R\$ 0,01 - um centavo a mais que a outorga mínima fixada em edital. Foi a única oferta e, tão logo o leiloeiro anunciou o lance, o salão da B3 emudeceu.

O leilão foi realizado na sexta-feira pela Companhia Docas do Pará (CDP). Essa foi a segunda tentativa da CDP de licitar a área, após o lote ter ficado sem proposta em certame realizado em abril.

Desde aquela ocasião, a Nacional Gás Butano vem demonstrando preocupações com algumas cláusulas financeiras e jurídicas do edital, como a reversibilidade de bens. Na semana passada, entrou com representação no Tribunal de Contas da União (TCU).

Contudo, disse Fernando Villela, sócio do escritório Siqueira Castro, que assessorou a empresa, por conta do risco de desabastecimento de GLP na região do Pará, "a empresa demonstrou seu compromisso com a sociedade e decidiu participar do leilão. Isso refletiu no valor oferecido, pois a empresa se viu obrigada a precificar o risco e a insegurança jurídica."

A área tem 32.256 metros quadrados e a cessão terá prazo de 20 anos, prorrogável por sucessivas vezes, até o limite de 40 anos. A empresa deverá pagar à administração portuária R\$ 209 mil por mês pelo direito de explorar o lote e investir R\$ 51,5 milhões.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 01/10/2018****Seção: Empresas****Autor: Camila Maia | De São Paulo****Título: Sterlite prevê atingir US\$ 10 bi na carteira em 5 anos**

Em apenas 18 meses, a indiana Sterlite Power Grid se tornou destaque no setor de transmissão de energia, ao arrematar nove lotes nos últimos leilões e se comprometer com R\$ 7 bilhões em investimentos. Na sexta-feira, a companhia fez um evento para apresentar seu presidente no Brasil, o executivo Rui Chammas, que terá a missão de concluir obras com antecipação e identificar novas oportunidades de crescimento.

O Brasil é o primeiro país em que a Sterlite investe fora da Índia. Hoje, a companhia tem US\$ 5 bilhões em projetos na carteira, sendo 60% na Índia e 40% no Brasil, considerando os ativos operacionais no país asiático. A meta é chegar a US\$ 10 bilhões em ativos em cinco anos, disse Pratik Agarwal, presidente global da companhia.

"Mas não temos urgência, seremos seletivos. Não nos consideramos agressivos, somos uma companhia diligente. Temos um time que avalia oportunidades, inclusive o próximo leilão e o depois desse, mas não temos meta", disse Agarwal. A ideia é que, ao fim do período, Brasil e Índia representem, juntos, 80% do portfólio da companhia. Os 20% restantes devem estar em países como Chile, Peru, México e Panamá, que oferecem oportunidades "viáveis" para investimentos. "É muito difícil para outro mercado ser grande como Brasil ou Índia", disse.

Segundo o executivo, considerando as oportunidades hoje no mundo no setor, a América Latina deve ser alvo de investimentos. A China está com o mercado fechado, assim como os Estados Unidos. "A África será um mercado grande, mas talvez daqui cinco anos", disse. A proporção entre Brasil e Índia deve ser de 50% e 50% no portfólio no futuro, mas Agarwal não quis dar uma projeção exata, uma vez que o desempenho futuro da companhia vai depender do que acontecer nos próximos leilões.

Enquanto isso, a Sterlite avalia oportunidades no Brasil e acelera as obras dos investimentos já feitos. Segundo Agarwal, a companhia vê um potencial de antecipação da conclusão dos projetos na carteira no Brasil em "meses ou até mesmo anos."

A Sterlite já iniciou três obras, sendo que uma delas, em Pernambuco, está atualmente em fase de construção. Chammas estima que a obra tenha antecipação de pelo menos um ano em relação ao prazo original. O maior projeto da companhia no país atualmente, uma linha de 1.800 quilômetros que vai ligar o Pará ao Tocantins, está em fase avançada nos processos de licenciamento e de detalhamento da engenharia. Segundo Chammas, a ideia é que as obras comecem ano que vem.

A companhia indiana ainda não definiu a estrutura de financiamento dos projetos, e avalia acessar crédito do BNDES e também dos bancos de fomento das regiões Norte e Nordeste, onde estão alguns dos empreendimentos. "Respeitadas as regras do leilão, os financiamentos virão naturalmente", afirmou Chammas.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 01/10/2018

**Seção:** Empresas

**Autor:** Rodrigo Polito | Do Rio

**Título:** Brasil é prioritário na estratégia da Equinor, diz vice-presidente

A ausência de propostas na 5ª Rodada do Pré-sal, na última sexta-feira, está longe de significar um desinteresse da petroleira norueguesa Equinor pelo Brasil. Para a companhia, que possui faturamento anual global de US\$ 61,2 bilhões e prevê investir US\$ 15 bilhões no Brasil até 2030, o país se tornou prioritário para o grupo e possui as melhores áreas disponíveis em âmbito mundial atualmente.

"Estamos muito satisfeitos com o portfólio que temos e com o sucesso que tivermos nos últimos dois anos [no Brasil]", afirmou o vice-presidente global de exploração da Equinor, Tim Dodson, ao **Valor**. "Os melhores blocos no Brasil basicamente são os melhores blocos disponíveis no mundo. É difícil apontar outro lugar que tenha potencial prospectivo melhor, com áreas com grandes chances de serem um sucesso. Essa não é uma combinação usual. Por isso, acredito que o pré-sal brasileiro é algo único neste momento".

Responsável por distribuir globalmente um orçamento anual da ordem US\$ 1,5 bilhão em atividades exploratórias, sem considerar quantias gastas para aquisição de áreas ou pagamento de bônus de assinatura (dados de 2017), Dodson esteve na última semana no Brasil, onde participou da Rio Oil & Gas, maior evento da indústria petrolífera brasileira, e se reuniu com parceiros em ativos no país e com representantes da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e do **Ministério de Minas e Energia**.

Com as autoridades locais, Dodson elogiou o estabelecimento de um calendário plurianual de licitações de áreas exploratórias. "Isso torna o trabalho mais fácil para a indústria. Você pode olhar as oportunidades o quanto quiser e então estará apto a priorizar o que quiser".

Questionado sobre as eleições deste mês e o risco de haver um governo contrário à abertura do setor a partir do próximo ano, Dodson disse não ter preocupações sobre o assunto. "Quando uma companhia tem um negócio tão grande no país, especialmente em óleo e gás, você não pode pensar em um período de tempo presidencial de quatro anos. Você tem que pensar em longo prazo. Estamos mais do que confortáveis em operar no Brasil", explicou.

Segundo o executivo, mais importante do que o ritmo de realização de novos leilões é a previsibilidade que um governo pode dar aos investidores.

Questionado também sobre as exigências ambientais para atividades petrolíferas no Brasil, o vice-presidente da Equinor disse que o caso brasileiro não é "muito diferente" de outros países e que a companhia não encontra problemas no Brasil nesse sentido. Segundo ele, o mais importante é a empresa ter amplo diálogo com os órgãos ambientais e atender aos pedidos feitos por eles, para obter as licenças necessárias.

Com os parceiros no Brasil, a companhia discutiu planos para a campanha exploratória para o próximo ano. Segundo Dodson, porém, o assunto ainda não está fechado e, por isso, ele não soube precisar o valor que será investido em exploração no Brasil em 2019.

No portfólio de 17 áreas exploratórias que a Equinor possui no Brasil, um dos destaques é a área de Carcará, no pré-sal da Bacia de Santos, onde a empresa é operadora, com 40% de participação, e pretende acelerar a campanha exploratória.

A companhia, que produz atualmente cerca de 90 mil barris diários no Brasil, tem planos de iniciar a segunda fase da produção no campo de Peregrino entre 2019 e 2020. No campo gigante de Roncador, também na Bacia de Campos, onde o grupo adquiriu participação de 25% da Petrobras, a meta é elevar em 5% o fator de recuperação da área. "Cinco por cento de algo muito grande é muito significativo, provavelmente meio bilhão de barris [de óleo equivalente]", completou o executivo.

Mesmo com a quantidade de projetos a serem explorados e desenvolvidos no Brasil, a Equinor mantém planos de expandir sua atuação no país. "Apesar de tudo o que ganhamos, você poderá ver a Equinor ativa em um ou mais leilões. É

muito mais uma questão de quais leilões e quais áreas nós acharmos mais atrativos", explicou Dodson.

**MME / ASCOM .**